

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

REFERENCIAIS CURRICULARES NACIONAIS
DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
DE NÍVEL TÉCNICO

ÁREA PROFISSIONAL:
LAZER E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Presidente da República
FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Ministro da Educação
PAULO RENATO SOUZA

Secretário-Executivo
LUCIANO OLIVA PATRÍCIO

M I N I S T É R I O D A E D U C A Ç Ã O

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

**REFERENCIAIS CURRICULARES NACIONAIS
DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
DE NÍVEL TÉCNICO**

**ÁREA PROFISSIONAL:
LAZER E DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

**BRASÍLIA
2000**

Secretário de Educação Média e Tecnológica
RUY LEITE BERGER FILHO

Diretor-Executivo do Proep
RAUL DAVID DO VALLE JUNIOR

Coordenadora-Geral da Educação Profissional
CLEUNICE MATOS REHEM

Coordenador da Elaboração
BERNARDES MARTINS LINDOSO

Educação profissional : referenciais curriculares nacionais da educação profissional de nível técnico / Ministério da Educação. – Brasília : MEC,2000.
36 p. : il.

Área profissional : Lazer e Desenvolvimento Social
1. Educação profissional 2. Referenciais curriculares
3. Lazer e Desenvolvimento Social. I. Título.

CDU 373.6

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou utilizada de qualquer forma ou por qualquer método, eletrônico ou mecânico, sem autorização, solicitada via carta ou fax ao Ministério da Educação – Assessoria de Comunicação Social, Esplanada dos Ministérios, Bloco L, 9º andar, Brasília, DF, CEP 70047-900, tel.: (61) 410-8523, fax: (61) 410-9191.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO MÉDIA E TECNOLÓGICA

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

**REFERENCIAIS CURRICULARES NACIONAIS
DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
DE NÍVEL TÉCNICO**

**ÁREA PROFISSIONAL:
LAZER E DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

SUMÁRIO



I. APRESENTAÇÃO	7
II. DELIMITAÇÃO E INTERFACES DA ÁREA	9
III. CENÁRIOS, TENDÊNCIAS E DESAFIOS	11
IV. PANORAMA DA OFERTA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	15
V. PROCESSO DE PRODUÇÃO NA ÁREA	17
VI. MATRIZES DE REFERÊNCIA	21
VII. INDICAÇÕES PARA ITINERÁRIOS FORMATIVOS	31
ANEXO	35

I - APRESENTAÇÃO



Os Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Profissional têm como objetivo oferecer subsídios à formulação de propostas curriculares para o nível técnico. Foram desenvolvidos para aproximar a prática escolar às orientações expressas nas Diretrizes Curriculares para a Educação Profissional de Nível Técnico na área de **Lazer e Desenvolvimento Social**.

Este documento é composto por um conjunto de textos sobre essa área profissional, de quadros-síntese sobre as funções e subfunções do processo produtivo, as competências e habilidades requeridas de seus profissionais, bem como as bases tecnológicas relacionadas a essas competências. A metodologia, proposta por esta Secretaria para o desenvolvimento dos referenciais curriculares, considerou as seguintes etapas:

- identificação das áreas profissionais;
- pesquisas bibliográficas e consultas a profissionais e empresas da área, e a entidades ligadas à educação profissional;
- caracterização do processo de produção na área;
- identificação dos conjuntos de competências, habilidades e bases tecnológicas;
- validação do processo de produção e dos conjuntos de competências, habilidades e bases tecnológicas;
- redação de textos introdutórios e explicativos.

Registre-se aqui a colaboração de todos os consultados e entrevistados para a formulação destes referenciais, oferecendo, além de informações relevantes, seus tempos e espaços profissionais.

A organização e a atuação de fóruns permanentes, conforme estabelecido pela atual legislação da educação profissional, que promovam a aproximação entre a educação e os setores produtivos, possibilitarão, além das parcerias para a realização da reforma da educação profissional, uma contínua atualização e aperfeiçoamento das referências contidas neste documento.

RUY LEITE BERGER FILHO
Secretário de Educação Média e Tecnológica

II - DELIMITAÇÃO E INTERFACES DA ÁREA



Com a Agenda 21, a compreensão de desenvolvimento passou a estar intrinsecamente ligada à de meio ambiente, portanto devem ser tratados conjuntamente, devem caminhar juntos. Essa postura significa um distanciamento tanto do desenvolvimento tradicional, predador da natureza, excludente e por isso mesmo gerador de profundos desequilíbrios sociais e regionais, quanto das propostas ambientalistas tradicionais preocupadas quase que exclusivamente com os efeitos do crescimento econômico face aos estoques de recursos naturais, com a manutenção de áreas protegidas e a preservação da vida selvagem.

A necessidade, hoje, de se ter um desenvolvimento com equidade e compatível com a capacidade limitada de recursos da Terra se faz presente e é reconhecida universalmente.

O processo de mundialização tem-nos revelado inúmeros desequilíbrios e desigualdades de desenvolvimento entre as nações. Apesar de se estar intensificando uma consciência da nossa interdependência planetária, tanto os países ricos quanto os países pobres com processos de produção diferenciados vêm utilizando descontroladamente os recursos naturais disponíveis, provocando uma rápida degradação do meio ambiente. Isto porque o processo de globalização, ocupando-se apenas com aspectos econômicos e tecnicista, está deixando à mostra problemas sociais sérios que necessitam ser abordados com urgência, tais como: a preservação do meio ambiente, a mudança nos processos de produção, a educação para o consumo, a fome, a mortalidade infantil, a preservação da saúde humana, a habitação, a simplicidade voluntária e os valores éticos e morais. Problemas como estes podem ser identificados tanto nos países desenvolvidos como nos países em desenvolvimento com maior ou menor grau de intensidade.

Um profissional da área de Lazer e Desenvolvimento Social, considerando esta realidade, deverá procurar educar a população para uma mudança nos padrões de produção e consumo; deverá realizar um trabalho preventivo para redução da incidência de doenças, levando em conta a necessidade de um meio ambiente saudável, uma alimentação e nutrição adequadas; deverá promover a melhoria de vida da criança e do adolescente carente, garantindo-lhes a condição de cidadãos de direito; deverá atuar, também, entre os idosos, institucionalizados ou não, propiciando-lhes uma velhice ativa, produtiva, com participação efetiva na família e na comunidade. Trabalhando na orga-

nização de grupos de interesses coletivos, associações, cooperativas, o profissional da área de Lazer e Desenvolvimento Social deverá promover a integração e facilitar os processos de inclusão social, desenvolver atividades de geração de emprego e renda, ou ainda de práticas físico-desportivas, artístico-cultural, recreação, entretenimento e folclore.

Deverá, portanto, ter competência para diagnosticar e analisar a conjuntura social da comunidade; definir e redefinir diretrizes de ação frente a conjunturas específicas; elaborar, executar e avaliar programas e projetos de interesse da comunidade que visem à melhoria da qualidade de vida. Este perfil requer um profissional com ampla capacidade para as relações interpessoais, que saiba trabalhar em grupo, tenha criatividade, iniciativa e espírito crítico.

Como esta é uma área que apresenta uma multiplicidade de campos de ação, envolvendo diretamente mudanças sociais, apresenta interfaces com outras áreas profissionais como Agropecuária, Artes, Comércio, Gestão, Indústria, Meio Ambiente e Saúde.

Com o ensino médio, suas bases científicas devem contemplar os conceitos e estudos de Sociologia, Psicologia, Biologia, Matemática, Linguagens e Direito, cujos conhecimentos articulam-se diretamente com as competências a serem constituídas através dos currículos de cursos técnicos de Lazer e Desenvolvimento Social.

III - CENÁRIOS, TENDÊNCIAS E DESAFIOS



Indicadores sociais brasileiros atuais formam um cenário pouco animador e revelam enormes desafios para os profissionais da área de Lazer e Desenvolvimento Social.

Analisado através de dados do IBGE, verifica-se que, em 1996, foram registrados nas cinco regiões brasileiras 37,5 óbitos de menores de 1 ano por 1.000 crianças nascidas vivas. Em regiões mais pobres, como no Nordeste, este número sobe para 60,4. Índices altos, se comparados com os de países desenvolvidos.

A causa dos óbitos apresenta maior porcentagem nas afecções originadas no período perinatal (47%). Outras doenças como as infecciosas e parasitárias, as do aparelho respiratório, as ligadas à nutrição, ao metabolismo e transtornos imunitários, assim como as anomalias congênitas também apresentam índices bastante elevados. Um dado crítico, 10,5% das crianças menores de 3 anos têm desnutrição crônica.

Complementando, segundo dados do Ministério da Saúde a situação é ainda mais alarmante, pois acontecem no Brasil, anualmente, 4 milhões de abortos, mas esta perda não é registrada oficialmente, visto que, salvo algumas exceções (estupro ou risco de vida da mãe), o aborto é ilegal. Como conseqüência 400 mil mulheres vão parar em hospitais para tratar de seqüelas de abortos realizados por métodos precários.

Outro dado do Ministério da Saúde demonstra que anualmente 1,5 milhão a 2 milhões de adolescentes engravidam precocemente. As meninas das camadas mais pobres da população são as maiores vítimas, mais de 50% das adolescentes, sem escolarização, de baixa renda, entre 15 a 19 anos já têm pelo menos um filho. A falta de informação e de perspectiva de vida (escola, trabalho, cultura e lazer) são os maiores fatores que contribuem para este índice tão alto de adolescentes grávidas. Recente pesquisa do Ministério da Saúde indica que 32% das 8.674.102 meninas de 10 a 14 anos iniciam a vida sexual antes dos 15 anos, fato que explica o aumento de adolescentes com gestação precoce.

Outro dado social que merece atenção diz respeito ao aumento do número de idosos. Segundo a pesquisadora, Elza Berquó, o Brasil terá no ano 2000 uma população constituída de uma pessoa com mais de 65 anos para cada grupo de 20 pessoas, e em 2020 a proporção será de um idoso para cada 13 pessoas. Esta situação poderá acarretar inúmeros problemas, entre eles a falência dos

sistemas públicos de saúde e previdência, pois grande parte dos idosos não está inserida no mercado de trabalho, não tem oportunidade de exercer uma atividade remunerada, e tampouco tem uma qualidade de vida, alimentação e saúde que lhe garanta uma velhice saudável. Com boa saúde, os idosos poderiam continuar a contribuir social e economicamente em trabalhos voluntários ou remunerados. Segundo dados do IBGE-1996, de 13.267.022 brasileiros com mais de 60 anos apenas 4.131.589 são economicamente ativos.

Aliados aos problemas da criança, do adolescente e do idoso tem-se a pobreza, a falta de emprego e a falta de escolaridade. O Brasil entrou na década de 90 com 146 milhões de habitantes. Deste total, 64,5 milhões vivem abaixo da linha de pobreza, com rendimento per capita igual ou inferior a meio salário mínimo. Em 1995, segundo fonte do IBGE, 35% da população de 0 a 17 anos (crianças e adolescentes) viviam em família com rendimento mensal per capita de até meio salário mínimo.

A pobreza fez com que, em 1996, tivéssemos 2.929.528 crianças e adolescentes de 10 a 14 anos trabalhando, mesmo a Constituição proibindo o trabalho nesta faixa etária. Outra consequência da pobreza é a presença de um número significativo de crianças de rua. As crianças e jovens que estão na rua são provenientes dos extratos mais pobres das periferias urbanas e são co-participantes do orçamento familiar e/ou têm sérios conflitos familiares.

O número de desempregados é outro indicador de pobreza. A tendência atual é que as empresas enxuguem os seus quadros de empregados em razão da utilização de tecnologias avançadas, substituindo o trabalho humano, passando a exigir não só maior nível de escolaridade aos empregados que permanecerem, mas também uma postura diferenciada: que sejam empreendedores.

A abertura da economia brasileira que permite a entrada de produtos estrangeiros com preços significativamente mais baratos do que os de fabricação nacional e as crises econômicas internacionais também contribuem para a redução do nível de empregos. Entre 1990 e o primeiro bimestre de 1999 o nível de emprego na indústria caiu 45% segundo dados do IBGE.

Vale lembrar que, em 1980, o país tinha 23 milhões de trabalhadores com carteira assinada, representando 50,6% da força de trabalho em emprego formal. Em 1998, o número de trabalhadores com carteira assinada caiu para 22,9 milhões, representando apenas 30,3% em emprego formal. O país possuía, em 1997, 20 milhões (40%) de trabalhadores informais e 4,8 milhões (9,4%) de sub-empregados – dados dos PNADs.

Com o quadro de emprego em declínio caberá ao desempregado gerir sua própria fonte de renda, seu próprio negócio, o auto-emprego.

O 22º Relatório sobre Desenvolvimento Global do BIRD (Banco Mundial) – 1999, sob a denominação de “Entrando no século XXI” apontou, de modo devastador, o aumento da pobreza no mundo; 25% da população mundial, cerca de 1,5 bilhão de pessoas vivem na mais absoluta pobreza, sobrevivendo com até US\$ 1 por dia.

No relatório, o BIRD reconhece inclusive que, no momento, as nações estão perdendo a batalha pelo desenvolvimento, e chama atenção para o desenvolvimento sustentado que além do tradicional enfoque na área econômica, deve direcionar esforços no atendimento às necessidades humanas. Portanto, deve vir acompanhado da garantia de acesso à educação de qualidade e à saúde, da participação de pessoas na vida pública, da promoção do equilíbrio ambiental e de maior equidade de renda entre as diferentes gerações.

Reforçando o programa da Agenda 21, o relatório reafirma o desenvolvimento sustentável e sugere que todas as políticas públicas e ações governamentais procurem ir além dos processos de produção e consumo, vitais para a questão ambiental, mas que dêem prioridade ao desenvolvimento social.

Uma tendência bastante significativa para enfrentar os problemas sociais emergentes é a ascensão de organizações não-governamentais (ONGs) que se apresentam como um dos fenômenos mais notáveis neste fim de século. No Brasil, hoje, somam, aproximadamente, 200.000 organizações atuando nos mais diferentes setores, com ênfase principalmente na área social. Em todos os níveis, tanto local quanto de caráter global, surgem organizações de cidadãos em torno dos impactos sociais e ambientais, das políticas e das tecnologias industriais existentes.

Muitas ações propostas por ONGs foram e estão sendo incorporadas por governos e empresas privadas que hoje têm, em suas metas, a promoção de pesquisas para o desenvolvimento de tecnologia de recursos renováveis e eficiência energética, de práticas empresariais socialmente responsáveis, e de implantação do gerenciamento ecológico, entre outras.

Diante desse quadro, o profissional da área de Lazer e Desenvolvimento Social tem pela frente um amplo mercado de trabalho que no entanto ainda não está formalmente delimitado, pois depende da consciência social de governos, empresários e população em geral.

Recomenda-se às instituições que oferecem ou intencionam oferecer cursos de formação técnica em Lazer com ênfase em Turismo que complementem as informações, acessando os Referenciais Curriculares Nacionais da Área Profissional de Turismo e Hospitalidade integrante desta coletânea.

IV – PANORAMA DA OFERTA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL



A oferta de cursos de nível técnico na área de Lazer e Desenvolvimento Social é inexpressiva diante do cenário e desafios apresentados anteriormente. Os profissionais que atuam nesta área são de nível superior, como assistentes sociais, psicólogos, nutricionistas, licenciados em educação física, ambientalistas e outros, ou são leigos, muitas vezes voluntários em instituições do terceiro setor, que disponibilizam parte do seu tempo livre para colaborar em ações sociais, sem a qualidade e a sistematização necessárias a esse tipo de serviço.

Atualmente, o trabalho voluntário, realizado de forma assistemática, sem planejamento prévio, fora do contexto, vem sendo rejeitado pelas próprias instituições. A prestação de serviços, quer voluntário ou remunerado, deve basear-se no fazer bem feito, atendendo aos propósitos da organização. Assim, frisa a ética da identidade tratada nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional “Quem, por decisão autônoma, integra o trabalho em sua vida como exercício de cidadania, sente-se responsável pelo resultado perante e com sua equipe de trabalho, e diante do cliente, de sua família, da comunidade próxima e da sociedade”. Ter profissionais preparados e capacitados para atuar, com conhecimento e embasamento técnico, é fundamental para a qualidade dos serviços prestados. No entanto, a grande formadora desses profissionais está na educação não-formal, realizada mediante cursos de curta duração, que apesar de darem uma contribuição significativa para o setor carecem de aprofundamento técnico. Portanto, está faltando no mercado de trabalho o profissional de nível técnico que dê um caráter mais sistemático a programas sociais a partir de uma intervenção planejada, executada e avaliada, quer no setor público ou no terceiro setor.

V - PROCESSO DE PRODUÇÃO NA ÁREA



“No próximo século, o setor de mercado e o setor público desempenharão um papel cada vez mais reduzido na vida cotidiana dos seres humanos em todo o mundo. O vácuo do poder provavelmente será preenchido ou pelo crescimento de uma crescente subcultura da ilegalidade ou por uma participação maior no terceiro setor.”¹

Incapaz de resolver sozinho os problemas sociais, o governo tem procurado criar novas alternativas mediante parcerias com instituições da sociedade civil, principalmente do terceiro setor, na busca de soluções para o déficit social. Com isso, o número de instituições não-governamentais – ONGs, com ações voltadas diretamente para a área social, tem aumentado de forma incontestável e com certeza passará a ser a alternativa de trabalho para pessoas que estão excluídas do mercado formal pela globalização e pelos avanços tecnológicos. Neste terceiro setor tem-se verificado o surgimento de uma ação comunitária forte, atuante e mobilizadora, capaz de prover o cidadão dos serviços sociais básicos.

Quanto ao setor de mercado, com a prática da chamada empresa-cidadã e o conseqüente exercício da responsabilidade social – conceitos recentes em economia empresarial – vê-se cada vez mais projetos e programas sendo desenvolvidos por empresas com o objetivo de agregar aos seus produtos o valor social, ganhando, assim, mais confiança, respeito e admiração dos consumidores.

Portanto, com a participação do Estado e do mercado a partir da destinação de recursos financeiros, tecnológicos e de recursos humanos, o terceiro setor está ganhando espaço para uma atuação mais efetiva na área social. A parceria, principalmente com o setor público, tem resultado em alterações de políticas públicas e portanto passam a envolver uma conjuntura nacional, e a participação do setor de mercado está dando um caráter mais transparente às ações, com acompanhamento das atividades realizadas e avaliação dos resultados.

A profissionalização de prestadores de serviços na área social está se tornando, assim, uma necessidade, tendo em vista a manutenção da qualidade dos serviços e a sistematização das ações, o que dificilmente ocorre com o trabalho voluntariado.

¹ RIFKIN, Jeremy. *O Fim dos Empregos*. Tradução Ruth Gabriela Bahr, São Paulo: Makron Books, 1995. p. 272

As áreas relacionadas à manutenção da saúde, à preservação do meio ambiente, à questão da moradia, à educação de crianças e adolescentes e ao atendimento ao idoso sobressaem como prioridades no atendimento às comunidades e organizações sociais, e portanto na profissionalização do terceiro setor.

Como partes integrantes do processo produtivo da área foram identificadas as funções e subfunções abaixo discriminadas:

FUNÇÕES	SUBFUNÇÕES	
1. Estudos e Projetos	1.1 Pesquisa e Caracterização da Área de Atuação	1.2 Elaboração de Projetos e Programas
2. Mobilização e Organização Social	2.1 Integração dos Beneficiários no Processo de Desenvolvimento	2.2 Criação de Grupos de Lazer, Produção/Serviços e de Ação Social
3. Gestão de Recursos Institucionais	3.1 Identificação, Levantamento e Registro de Recursos Institucionais	3.2 Gerenciamento de Projetos Sociais
4. Lazer	4.1 Identificação, Organização e Monitoramento de Atividades de Lazer	

Estas funções e subfunções estão assim especificadas:

FUNÇÃO 1. ESTUDOS E PROJETOS – Conjunto de atividades que vão embasar as ações posteriores do processo de desenvolvimento social.

- **SUBFUNÇÃO 1.1. PESQUISA E CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ATUAÇÃO** – Conhecimento da realidade a ser trabalhada através da observação e da realização de pesquisas e levantamento de dados.
- **SUBFUNÇÃO 1.2. ELABORAÇÃO DE PROJETOS E PROGRAMAS** – Ordenação das atividades a serem empreendidas na área, com definição de objetivos, metas, prazos, recursos, procedimentos de controle e avaliação.

FUNÇÃO 2. MOBILIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO SOCIAL – Conjunto de atividades de fomento à organização de grupos formais e/ou informais representativos de segmentos comunitários.

- **SUBFUNÇÃO 2.1. INTEGRAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO** – Realização de contatos com os diferentes segmentos da comunidade de maneira a sensibilizá-los e mobilizá-los com relação à ação a ser proposta na área.

- **SUBFUNÇÃO 2.2. CRIAÇÃO DE GRUPOS DE LAZER, PRODUÇÃO/SERVIÇOS E DE AÇÃO SOCIAL** – Organização da comunidade em grupos de interesse, visando ao lazer e à obtenção de renda complementar ou benefícios próprios e coletivos e simultaneamente afirmando sua cidadania.

FUNÇÃO 3. GESTÃO DE RECURSOS INSTITUCIONAIS – Conjunto de atividades vinculadas à maximização dos recursos institucionais envolvidos nos projetos de desenvolvimento elaborados para as áreas.

- **SUBFUNÇÃO 3.1. IDENTIFICAÇÃO, LEVANTAMENTO E REGISTRO DE RECURSOS INSTITUCIONAIS** – Inclui ações e procedimentos vinculados à área de atuação e também daqueles necessários ao desenvolvimento de programas específicos. Estabelecimento, através de documento formal, das bases de mútua colaboração.
- **SUBFUNÇÃO 3.2. GERENCIAMENTO DE PROJETOS SOCIAIS** – Conjunto de atividades vinculadas ao gerenciamento econômico, técnico e administrativo de projetos sociais.

FUNÇÃO 4. LAZER – Conjunto de atividades de um grupo/comunidade para a recreação.

- **SUBFUNÇÃO 4.1. IDENTIFICAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E MONITORAMENTO DE ATIVIDADES DE LAZER** – Refere-se às várias formas, segundo critérios específicos, das modalidades de recreação.

VI - MATRIZES DE REFERÊNCIA



Inicialmente, convém ressaltar que não se pode tratar da Educação Profissional sem referência à trabalhabilidade, componente da vida social produtiva e por conseguinte da cidadania. Assim sendo, no âmago da Educação Profissional está o processo do conjunto de condições para produzir benefícios (produtos/serviços) compartilhados socialmente.

Desta maneira, a trabalhabilidade deve ser entendida como “ferramenta básica da dimensão produtiva da vida humana socializada e, portanto, como componente intrínseco da cidadania”

(Volume de Introdução aos Referenciais Curriculares Nacionais)

Surge assim o conceito de competência dominante na nova Educação Profissional, que será fundamental na orientação dos currículos, não mais marcados por conteúdos ou disciplinas, mas por conjuntos integrados de situações problemas, pedagogicamente concebidos e organizados para promover a aprendizagem profissional.

Abre-se uma nova perspectiva para se entender o processo de ensino-aprendizagem. Aprender deixa de ser um simples ato de memorização e ensinar não significa mais repassar conteúdos prontos.

Vale a pena esclarecer como foi estruturado o processo de trabalho na Educação Profissional baseado em competências. Conforme já foi citado, a Educação Profissional deverá estar sempre articulada com a trabalhabilidade, ou seja, a partir do processo produtivo, e os cursos deverão estar inseridos a uma área específica da atividade laboral.

A análise deste processo foi o primeiro passo para se definir como deve ser a construção das condições de preparação para o exercício de atividades. Para isto se criou uma metodologia de análise dos processos de trabalho que deu origem a uma matriz de funções e subfunções para cada área ou família profissional e em seguida se construiu uma matriz de competências e habilidades. A partir desta matriz, definiu-se um quadro das bases tecnológicas envolvidas na construção das competências e habilidades.

O resultado final é uma matriz de competências a ser construída pelos alunos da Educação Profissional ao longo de sua formação. O conhecimento da descrição do processo de trabalho não garante por si só uma formação adequada, o que se obtém pela vivência das etapas do processo.

Aqui vale destacar o conceito de competências como “os esquemas mentais, ou seja, as ações e operações mentais de caráter cognitivo, sócio-afetivo ou psicomotor que mobilizadas e associadas a saberes técnicos ou experimentais geram habilidades, ou seja, um saber fazer” (Ruy Berger). O conhecimento em profundidade e a análise detalhada das funções do processo de produção permitem especificar que competências devem ser construídas por um profissional para realizar uma atividade. Entretanto, essas competências embora se refiram a esquemas mentais mais globais devem ser contextualizadas em cada área profissional em uma primeira instância e em cada subfunção profissional na prática pedagógica.

FUNÇÃO 1. ESTUDOS E PROJETOS

SUBFUNÇÃO 1.1. PESQUISA E CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ATUAÇÃO

COMPETÊNCIAS

- Identificar os métodos de pesquisa adequados;
- Estruturar o projeto de pesquisa;
- Identificar e selecionar o instrumental audiovisual complementar necessário;
- Sistematizar e avaliar dados coletados;
- Caracterizar a área, retratando seus diferentes setores e definindo seu extrato social.

HABILIDADES

- Elaborar o plano da pesquisa com os cronogramas de execução físico e financeiro e com a indicação de responsabilidade pelas atividades;
- Elaborar questionários e/ou formulários e material audiovisual complementar para a realização da pesquisa;
- Preparar os quadros de apuração dos dados a serem coletados e redigir as normas técnico-metodológicas a serem observadas na aplicação da pesquisa e/ou levantamento;
- Realizar a pesquisa e/ou levantamento e proceder a sua posterior sistematização e análise;
- Elaborar o relatório final da pesquisa caracterizando a área de atuação selecionada, retratando sua realidade social.

BASES TECNOLÓGICAS

- Métodos de pesquisa social;
- Entrevistas individuais e/ou coletivas;
- Questionários: auto-resposta ou por entrevistadores;
- Margens de erro na utilização do questionário;
- Definição das etapas de montagem da pesquisa;
- Técnicas de amostragem;
- Definição precisa dos objetivos da pesquisa e delimitação clara de seu campo de atuação;
- Detalhamento das etapas da pesquisa, com respectivos cronogramas físico e financeiro;
- Identificação de campos específicos de atividades e seleção e integração de técnicos especializados necessários na montagem, aplicação e análise da pesquisa;
- Recursos audiovisuais complementares necessários à aplicação da pesquisa;
- Noções de estatística: organização e interpretação de dados; representação e interpretação gráfica; probabilidade – conceito e cálculo.

SUBFUNÇÃO 1.2. ELABORAÇÃO DE PROJETOS E PROGRAMAS

COMPETÊNCIAS

- Conhecer, desenvolver e caracterizar técnicas básicas de planejamento social - suas etapas e fases;
- Conhecer e caracterizar as técnicas básicas de programação - seus instrumentos de acompanhamento - controle - avaliação;
- Conhecer as diversas alternativas de registro de informações e ocorrências de maneira a constituir um registro documental que permita acompanhar e avaliar as experiências;
- Identificar e conhecer a legislação e as normas vigentes relacionadas ao tipo de atividade contemplada nos Projetos e Programas, em particular as que se referem às práticas associativistas e ao cooperativismo e às de proteção ao meio ambiente.

HABILIDADES

- Planejar e programar as ações e atividades a serem desenvolvidas de acordo com os dados levantados e considerando o interesse da população envolvida;

- Identificar, selecionar e convocar técnicos especializados necessários à elaboração e execução de determinadas atividades dos projetos e programas;
- Coordenar a equipe de área encarregada de executar os projetos e/ou programas;
- Utilizar os recursos adequados para o registro das atividades executadas, com indicação de local e data de ocorrência;
- Manejar com facilidade os termos técnicos em inglês ligados a área de Informática e dominar os empregos do idioma pátrio;
- Aplicar adequadamente as normas e diretrizes que regem atividades específicas como cooperativismo, associativismo em geral e preservação do meio ambiente.

BASES TECNOLÓGICAS

- Planejamento Social: finalidades, justificativas e determinação de objetivos;
- Elaboração de Projetos: técnicas a serem observadas;
- Elaboração de Programas: técnicas a serem observadas;
- Pesquisa Documental: identificação e seleção de leis e normas de interesse de Projetos e Programas;
- Informática: instrumento de informação e de registro de dados; seus diversos ambientes e diferentes recursos;
- Língua Portuguesa e vocabulário técnico em Língua Inglesa necessário à Informática;
- Recursos Naturais – seu uso e preservação e sua inter-relação com o homem;
- Associativismo em geral; Sindicalismo e Cooperativismo,
- Gerenciamento de projetos com foco nos resultados,
- Qualidade total em projetos.

FUNÇÃO 2. MOBILIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO SOCIAL

SUBFUNÇÃO 2.1. INTEGRAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO

COMPETÊNCIAS

- Mobilizar a comunidade, utilizando-se das técnicas adequadas, como observação e contato com lideranças formais e informais, de maneira a obter sua adesão a um processo de desenvolvimento;

- Motivar e orientar os beneficiários para que analisem a realidade da área em que se inserem e reconheçam suas limitações, possibilidades e apresentem soluções alternativas aos problemas;
- Sintetizar os assuntos relevantes tratados e elaborar o registro documental pertinente;
- Orientar e monitorar as ações de grupos comunitários.

HABILIDADES

- Realizar contatos e reuniões com a população alvo a ser beneficiada para detectar suas necessidades, anseios e aspirações a fim de considerá-los, tanto quanto possível, no planejamento de ações e atividades;
- Realizar reuniões periódicas da equipe dirigente com a comunidade para verificação do desempenho das ações e da necessidade de eventuais reajustes;
- Elaborar registros documentais

BASES TECNOLÓGICAS

- Ética Profissional - Posturas e Atitudes;
- Técnicas de abordagem social;
- Interação social: processamento; intervenções necessárias;
- Psicologia das relações interpessoais;
- Técnicas e dinâmicas de trabalho em grupo;
- Reuniões: tipos e características;
- Painéis;
- Assembléias;
- Aulas;
- Estágios;
- Desenvolvimento Social – suas características e seu processamento.

SUBFUNÇÃO 2.2. CRIAÇÃO DE GRUPOS DE LAZER, PRODUÇÃO/SERVIÇOS E DE AÇÃO SOCIAL

COMPETÊNCIAS

- Criar grupos de lazer, produção/serviço de ação social de acordo com os interesses da comunidade;

- Assessorar o funcionamento dos grupos, intervindo, quando assim se fizer necessário, para neutralizar interações negativas dos membros;
- Identificar e caracterizar a participação de especialistas sempre que o grupo tiver interesse para o desenvolvimento de suas atividades;
- Difundir os meios de registro de atividades para os grupos de modo a que possam documentar a evolução das idéias e atividades.

HABILIDADES

- Realizar reuniões com os representantes naturais e formais da comunidade para fomentar a criação de grupos;
- Realizar reuniões com os coordenadores dos grupos criados para que se processe um intercâmbio de informações, visando beneficiar a comunidade como um todo;
- Apresentar aos grupos modelos de relatórios e de fichas que permitam verificar o andamento dos trabalhos e a eventual necessidade de repensar a execução de determinadas atividades;
- Realizar reuniões de acompanhamento e assessoramento com os grupos criados, ajudando na sua coesão.

BASES TECNOLÓGICAS

- Grupos sociais: tipos, características;
- Dinâmica de grupo;
- Liderança: tipos e características;
- Animação sociocultural: finalidades e características comuns a todos os gêneros;
- Animação com grupos de jovens, de adultos e de idosos;
- Animação de grupos de lazer e seus métodos;
- Lazer – conceito, modalidades, exigências e recursos;
- Informática – recursos de informação e registro;
- Economia informal – características e modalidades, legislação pertinente;
- Produção e renda – cálculo de custos/benefícios;
- Mercado – características e funcionamento;
- Marketing – conceito e utilização.

FUNÇÃO 3. GESTÃO DE RECURSOS INSTITUCIONAIS

SUBFUNÇÃO 3.1. IDENTIFICAÇÃO, LEVANTAMENTO E REGISTRO DE RECURSOS INSTITUCIONAIS

COMPETÊNCIAS

- Identificar os recursos institucionais disponíveis e passíveis de serem utilizados em benefício da área de atuação;
- Planejar a forma mais adequada de cadastrar e classificar as entidades visitadas;
- Dispor dos diferentes modelos de instrumentos legais que viabilizam a mútua colaboração.

HABILIDADES

- Elaborar o cadastro dos recursos institucionais disponíveis e passíveis de interesse para a área de atuação;
- Agendar visitas a cada instituição selecionada para se informar, em detalhes, de suas possibilidades de colaboração;
- Visitar as instituições selecionadas para obtenção de maiores detalhes sobre suas possibilidades de colaboração;
- Elaborar o cadastro técnico das instituições visitadas;
- Preparar os instrumentos legais para formalizar a mútua colaboração.

BASES TECNOLÓGICAS

- Rede institucional:
 - Tipos;
 - Características;
 - Abrangência;
 - Campos de atuação;
 - Exigências no relacionamento interinstitucional;
- Modalidades de instrumentos legais de intercâmbio de serviços;

- Ética nas relações interinstitucionais;
- Integração de projetos comuns.

SUBFUNÇÃO 3.2. GERENCIAMENTO DE PROJETOS SOCIAIS

COMPETÊNCIAS

- Conhecer e caracterizar os fundamentos do gerenciamento econômico, técnico e administrativo de projetos sociais;
- Identificar necessidades de treinamento/atualização de pessoal, propondo sua realização;
- Controlar o processo de produção e serviços de grupos comunitários;
- Operar a comercialização de produtos e serviços;
- Avaliar a qualidade de atividades e serviços realizados;
- Empreender projetos sociais;
- Aplicar legislação pertinente.

HABILIDADES

- Coordenar recursos institucionais, financeiros, materiais;
- Organizar e monitorar grupos de interesse que atendam às necessidades e expectativas da comunidade;
- Definir os recursos necessários para a execução das atividades;
- Utilizar os recursos disponíveis de forma ética e adequada;
- Orientar a comercialização de produtos e serviços;
- Aplicar instrumentos de avaliação e analisar os resultados obtidos e o custo/benefício.

BASES TECNOLÓGICAS

- Fundamentos de Administração;
- Administração de recursos humanos;
- Condutas pessoais e profissionais;

- Marketing e vendas;
- Projetos de produção e serviços: diagnósticos, recursos, execução, comercialização e avaliação;
- Qualidade total em projetos;
- Empreendedorismo;
- Legislação pertinente dos projetos de produção.

FUNÇÃO 4. LAZER

SUBFUNÇÃO 4.1. IDENTIFICAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E MONITORAMENTO DE ATIVIDADES DE LAZER

COMPETÊNCIAS

- Classificar as modalidades de recreação quanto às formas de participação;
- Definir as modalidades de recreação segundo a faixa etária indicando as mais adequadas para cada idade;
- Analisar os recursos humanos e materiais disponíveis e avaliar a quantidade e qualidade para a execução do que for programado;
- Elaborar projetos para atividades de lazer comunitário;
- Monitorar atividades de lazer e entretenimento;
- Controlar e avaliar os resultados da programação;
- Especificar como os recursos da tecnologia moderna influenciaram de forma decisiva a transformação dos hábitos de lazer;
- Estabelecer algumas relações entre saúde e lazer.

HABILIDADES

- Executar atividades de lazer em que os movimentos motores são mais exigidos;
- Utilizar jogos e outras atividades intelectuais em que se exercita mais a mente;
- Desenvolver atividades artísticas e/ou criadoras em que são exigidas além de aptidões pessoais, habilidades motoras e intelectuais;

- Distinguir quanto à adequação de atividades recreativas internas ou externas;
- Executar atividades de lazer com grupos de crianças, jovens, adultos, idosos, inclusive para portadores de necessidades especiais;
- Adequar as condições necessárias para as atividades de lazer.

BASES TECNOLÓGICAS

- O lazer nas sociedades através do tempo-evolução;
- Lazer e saúde;
- Técnicas de comunicação e dinâmicas de grupo;
- Técnicas de animação;
- Atividades artístico-culturais;
- Atividades recreativas;
- Atividades físicas;
- Relação lazer/faixa etária/necessidades especiais;
- Condições adequadas às atividades de lazer.

VII - INDICAÇÕES PARA ITINERÁRIOS FORMATIVOS



Como foi anteriormente focado, a área de Lazer e Desenvolvimento Social é das mais complexas e abrangentes porquanto trata basicamente de identificação e equacionamento de necessidades, de dificuldades e de problemas apresentados por segmentos diversos de comunidades.

A busca do equilíbrio social minimizando as grandes desigualdades, eliminando a miséria, favorecendo o pleno exercício da cidadania e o crescimento social é seu objetivo primordial.

Suas ações são assim dirigidas à totalidade das exigências do homem, propiciando a conscientização de suas potencialidades para sua progressiva utilização em seu benefício pessoal assim como de sua comunidade.

Os cursos a serem oferecidos terão uma parte comum a toda a área de Desenvolvimento Social e outra parte, especializada, de acordo com os diferentes campos onde serão implantados processos de Desenvolvimento Social.

A própria parte comum pode ser estruturada em módulos, possibilitando ao aluno criar seu próprio itinerário, a partir da organização curricular da escola e de seu interesse profissional.

A parte comum poderia ter assim, entre outros, os seguintes módulos:

- Pesquisa Social;
- Grupos Sociais;
- Técnicas de Planejamento;
- Mobilização Social;
- Recursos Institucionais;
- Associativismo e Cooperativismo;
- Atividades Recreativas;

A parte especializada apresenta largo espectro e será basicamente determinada pela demanda do mercado laboral local e/ou regional onde se insere a escola. Está respaldada nos princípios específicos das Diretrizes Curriculares para a Educação Profissional de Nível Técnico que enfatiza sobremaneira a flexibilidade, a interdisciplinaridade e contextualização curricular.

Há que se ter com bastante acuidade e clareza o perfil básico do profissional em Lazer e Desenvolvimento Social. Ele representa a mola propulsora que desencadeia um processo de mudan-

ça em grupos e/ou comunidades. É como o fermento numa massa: faz crescer e se desenvolver. Sua clientela são pessoas com diferentes anseios e necessidades e portanto sua ação vai ser direcionada a esses anseios e necessidades, determinando a instauração do processo de crescimento integrado. É basicamente um educador que, conhecendo as características essenciais do ser humano social, tem a capacidade de mobilizar suas potencialidades para sua realização cidadã.

Com os dois pilares bem assimilados (o mercado e o perfil básico do técnico), formulam-se os cursos a serem oferecidos na área de Lazer e Desenvolvimento Social.

O detalhamento desses cursos não cabe neste documento. Entretanto, para maior clareza de compreensão, convém salientar algumas peculiaridades pertinentes à área em questão.

Na elaboração da especificação curricular pode-se deparar com uma incidência representativa de competências e habilidades referidas a outras áreas profissionais.

Exemplificando, enfoca-se atividades vinculadas à alimentação, vestuário, saúde, meio ambiente e práticas de lazer.

A alimentação pode ser abordada sob vários enfoques. O preparo de alimentos em escala industrial, dirigido a clientes especiais ou como fonte de energia e saúde. Verifica-se, aí, três diferentes vertentes para o mesmo assunto básico: alimentação. Obviamente, a formação curricular deve oferecer o substrato fundamental para que o futuro técnico possa desempenhar a contento suas funções. E para que isso ocorra, cabe à escola analisar entre as 20 áreas profissionais aquela que apresenta maior abrangência na transmissão dos conhecimentos requeridos a cada enfoque. No caso do Lazer e Desenvolvimento Social, se a ênfase for para alimentos, o técnico deverá ter seu desempenho voltado para a alimentação como fonte de energia e saúde e para a produção artesanal de alimentos.

Nesta área, o vestuário pode ser tratado como fabricação em larga escala, como produção de vanguarda, lançadora de moda, como artigo de representação histórica ou como complemento indispensável de apresentação e promoção da pessoa humana. Assim como na alimentação, várias áreas profissionais estão envolvidas e dependendo do enfoque Design, Imagem Pessoal, Indústria ou Desenvolvimento Social pode, uma delas, ser predominantemente mais importante na formação do futuro técnico. Aqui, no caso do Desenvolvimento Social, predomina o enfoque de apresentação e promoção da pessoa humana.

O Lazer, segundo o Dicionário Aurélio, tempo disponível, ócio, folga, é comumente entendido como uma atividade prazerosa e não obrigatória. Dependendo das pessoas, pode-se dirigir a uma grande variedade de expressões. Práticas não rígidas de esportes difundidos, como as célebres peladas, conjuntos musicais para dança, grupos de ginástica ou de práticas alternativas predominantemente orientais, como ioga e tai-chi-chuan, estas envolvendo direta ou indiretamente a parte física.

Outras modalidades podem fazer apelo mais a aspectos intelectuais – como interpretação de textos – e/ou artísticos – como teatro de marionetes e outras representações diversas. Também, as de caráter manual, como as inúmeras facetas de produção artesanal.

O profissional em Desenvolvimento Social não é um especialista nas múltiplas facetas do Lazer. É sim um fomentador do bom aproveitamento do tempo disponível e deve ter a capacidade de transformar o ócio em produção, o que contribui para o crescimento individual e comunitário. Algumas práticas elementares de entretenimento devem constar da parte especializada do currículo, na montagem dos cursos demandados pelo mercado de trabalho na área de Desenvolvimento Social.

A saúde pode ser tratada como proteção/prevenção, bem como recuperação/reabilitação. Pode, também, estar voltada para o uso de tecnologias através de exames laboratoriais, diagnóstico por imagem ou, ainda, na produção de produtos terapêuticos e cosméticos.

Na área de Lazer e Desenvolvimento Social, a saúde deve dar atenção às ações de proteção e prevenção, considerando a relação saúde/meio ambiente/alimentação/moradia/lazer como fator determinante para uma vida saudável. Pode, inclusive, enfatizar práticas naturais de promoção à saúde, como automassagem, fisioterapia, ginástica terapêutica e ações básicas de saúde.

Os contextos mais específicos e técnicos devem ser ministrados por especialistas dentro de esquemas de parceria e integração interinstitucional.

A terminalidade dos cursos se dará após a conclusão das partes básica e especializada e os certificados devem identificar a especificação feita.

Entre as alternativas de habilitação na área de Lazer e Desenvolvimento Social, enumeram-se, além de outras:

➤ **Desenvolvimento de Comunidades**

Trabalho desenvolvido com família e/ou grupos da comunidade, por meio de ações voltadas para a promoção social integral de seus integrantes, sejam crianças, jovens, adultos e idosos.

➤ **Educação para a Saúde**

Trabalho desenvolvido com as famílias e grupos representativos da comunidade priorizando ações preventivas e informativas, salientando a vinculação existente entre a saúde e o meio ambiente saudável. Assim, saneamento básico, higiene e todas as demais demandas exigidas para o bom funcionamento do ser humano integral devem compor o currículo deste campo.

➤ **Recreação e Lazer**

Trabalho desenvolvido com grupos, abrangendo os diversos segmentos da comunidade, visando favorecer o crescimento dos participantes para o exercício pleno da cidadania.

➤ **Educação para o Consumo**

Trabalho desenvolvido com as famílias e grupos fomentando atitudes críticas em relação ao consumo e a utilização racional dos recursos disponíveis.

➤ **Gestão Social e Organização Comunitária**

Curso com maior ênfase em conteúdos de Economia e Administração voltados para o desenvolvimento de projetos de Desenvolvimento Social.

Concluindo, enfatiza-se que os cursos a serem criados e implementados devem considerar as necessidades de cada região explicitadas nos estudos de mercado feitos pelas escolas. Ressalta-se mais uma vez que, para cursos de formação técnica em Lazer com ênfase em Turismo, é necessário complementar as informações, consultando o Referencial Curricular Nacional da Área Profissional de Turismo e Hospitalidade, integrante desta coletânea.



Pesquisa e Elaboração

Tânia do Valle Antunes

Coordenação da Elaboração

Bernardes Martins Lindoso

Profissionais que colaboraram na pesquisa e redação

Elizabeth Borges de Oliveira

Antônia Terezinha da Silva

Estelamar Maria Borges Teixeira

Júlia Márcia Borges

Marco Aurélio Rodrigues Menhô

Maria Alice Oliveira Dias

Maria Dalva Miranda Khabbaz

Maria das Graças Assunção do Carmo

Roberto Gil Rodrigues Almeida

Suely Ciabotti

Agradecimento

Escola Agrotécnica Federal de Uberaba

Revisão Final

Cleunice Matos Rehem

Márcia Brandão

Colaboração

Joana D´Arc de Castro Ribeiro

Jazon de Souza Macedo

Neide Maria Rezende Romeiro Macedo
Zeli Raquel Rocha

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MELO NETO, Francisco Paulo de, FROES, Cesar. **Responsabilidade Social & Cidadania Empresarial**. Rio de Janeiro: ed. Qualitymark, 1999. 169 p.

RIFKIN, Jeremy. **O Fim dos Empregos**. Tradução Ruth Gabriela Bahr. São Paulo: ed. Makron Books, 1995. 348 p.

BARBIERI, José Carlos. **Desenvolvimento e Meio Ambiente - As Estratégias de Mudança da Agenda 21**. Petrópolis, RJ: ed. Vozes, 1997. 156 p.

DELORS, Jacques (Org). **Educação - Um tesouro a descobrir - Relatório para UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI**. 2.ed. Brasília: ed. Cortez, 1999. 188 p.

HENDERSON, Hazel. **Construindo um mundo onde todos ganhem**. São Paulo: ed. Cultrix, 1998. 374 p.

AGENDA 21. **Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**. 2.ed. Brasília: Senado Federal, 1997. 597 p.

MEC-CNE. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Médio**. Brasília, 1999.



**MINISTÉRIO
DA EDUCAÇÃO**

